

Sionismo e expulsão dos palestinos



Por **ALEX DELOUYA***

Anexar Gaza e expulsar os palestinos não é um plano novo, nem exclusivo da extrema direita, mas faz parte da doutrina que orienta o Estado de Israel

“O gabinete de segurança aprovou um plano para organizar] a transferência voluntária dos residentes de Gaza que expressarem interesse em se mudar para outros países, de acordo com as leis israelenses e internacionais, e seguindo a visão do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump” (Bezael Smotrich, Ministro das Finanças de Israel, sobre o plano aprovado pelo governo do país para a transferência de palestinos de Gaza, [em março de 2025](#)).



Palestinos expulsos de suas casas em Gaza, muitas delas destruídas pelos bombardeios israelenses. Foto: APAImages/Rex/Shutterstock

a terra é redonda

“Pelo que sei da ideologia sionista, isso [a transferência de palestinos] faz parte da concretização do sionismo; a percepção desse sionismo é a transferência do povo de um país para outro – uma transferência mediante acordos”.

(David Ben Gurion em resposta ao questionamento de lideranças sionistas sobre a transferência de palestinos de suas terras, em 1942^[ii]).

Ao longo dos mais de 600 dias (e contando) de um cruel genocídio promovido pelo Estado de Israel contra o povo palestino, as intenções do governo de Tel-Aviv se tornaram cada dia mais claras, e suas ações, cada dia mais injustificáveis. No momento atual, o governo de Benjamin Netanyahu se recupera de sua arriscada ofensiva contra o Irã para a qual atraiu a ação direta dos Estados Unidos, embora tenha saído enfraquecido, tanto pelos grandes danos ao país, quanto pela [reprimenda pública do “amigo” Donald Trump](#).

A ação contra o Irã era um desejo antigo dos israelenses e buscava, ao mesmo tempo, afirmar o domínio militar do país no Oriente Médio e reagrupar as forças ocidentais em seu entorno no momento em que [as críticas destas mais tinham subido](#) desde o início desta etapa do “conflito”.

Claro, porque depois de mais de 60 mil mortos oficiais – dentre eles, 17 mil crianças – e meio milhão de pessoas enfrentando inanição, os governos ocidentais pensaram que, agora, tinha ultrapassado o razoável. Mas com as óbvias retaliações de Teerã, o afastamento que vinha sendo sinalizado com [iniciativas como as de Canadá, França e Reino Unido](#) se retraiu, assim como a circulação na mídia das terríveis imagens da Faixa de Gaza. Precisou de muito pouco para que o grupo dos países mais ricos do mundo, o G7, voltasse a falar em uníssono no “legítimo direito de defesa de Israel”.

Mas, se antes dos ataques ao Irã tinha ficado muito difícil manter a defesa do Estado judeu, com a carnificina israelense transmitida ao vivo nas redes sociais, não foi assim no início (e um tanto além) desta nova etapa do conflito, quando toda a mídia corporativa era uníssona na defesa do Estado de Israel.

Após a operação Dilúvio em Al-Aqsa em 7 de outubro de 2023, que surpreendeu o mundo ao superar a preparada capacidade de defesa israelense, atravessando a fronteira de Gaza, assassinando 1.200 pessoas e capturando 251 reféns, Israel iniciou sua empreitada genocida. A operação Espadas de Ferro, apoiada sem contestação pelos países ocidentais, [afirmava ter dois objetivos](#): “resgatar os reféns e destruir os terroristas do Hamas”.

Mas, evidentemente, nenhum deles foi cumprido. Ao contrário, Israel dinamitou todas as oportunidades que teve para trazer os reféns de volta, inclusive rompendo de forma unilateral o breve cessar-fogo que vinha garantindo a troca de prisioneiros no início deste ano. Além disso, com seus bombardeios indiscriminados, foi possivelmente a responsável pela morte dos cativos sob controle do grupo islâmico que, como é de se imaginar, não teria qualquer interesse estratégico em matá-los arbitrariamente.

O Hamas, em que pese o [assassinato de praticamente toda sua liderança política e militar](#), não foi destruído e, inclusive, recrutou um grande número de novos militantes durante o genocídio. Afinal, depois de conduzir uma das maiores campanhas de bombardeio da história recente, era de se esperar que mais pessoas se mostrassem dispostas a resistir antes de morrer.

Com a entrada de Donald Trump no poder, as intenções de Benjamin Netanyahu foram ficando cada vez menos desavergonhadas: não se tratava de resgatar os reféns, como [as próprias famílias desses denunciaram](#), mas de manter o esforço de guerra para outros objetivos. Membros do governo passaram a expor cada vez mais claramente o que a realidade já informava.

Ocupação definitiva da Faixa de Gaza, deslocamento forçado dos palestinos, deportação para outros países árabes e futura

construção de assentamentos judaicos – tudo isso se tornou mais explícito nos discursos israelenses. Evidente que isso foi autorizado pelo pai da criança manhosa: Donald Trump, ele próprio, [havia dito em transformar Gaza](#) em uma Riviera do Oriente Médio.

Mas, por mais brutal, desumano e por vezes até delirante que pareçam tais declarações, é importante lembrar que elas não surgiram no vácuo. Tampouco são obra apenas da ascensão da extrema-direita israelense, embora ela acrescente doses significativas de crueldade na história.

O problema está na natureza do Estado de Israel e, antes disso, na doutrina e no movimento que lhe deram origem: o sionismo. Ele próprio, desde suas origens, é pautado pelo deslocamento forçado, anexação de territórios e expulsão dos palestinos. Em suma: limpeza étnica e colonialismo.

A expulsão, as posições do movimento sionista e a história

Os fatos, e registros desses fatos, que fundamentam essa afirmação acima são abundantes e bastante antigos. Para piorar, também foram expostos de forma cristalina por militantes, pesquisadores e intelectuais de origens distintas – palestinos, israelenses e de outros países.

Uma das vozes que fez isso de maneira muito didática foi o pesquisador israelense Ilan Pappé, autor de, entre outros livros, *A limpeza étnica da Palestina*, publicado em 2006. Ilan Pappé faz parte de uma geração que ficou conhecida como novos historiadores israelenses, que contrapôs a narrativa oficial sionista a partir dos anos 1980, quando terminou o sigilo que havia sobre os arquivos da fundação do Estado de Israel em 1948.

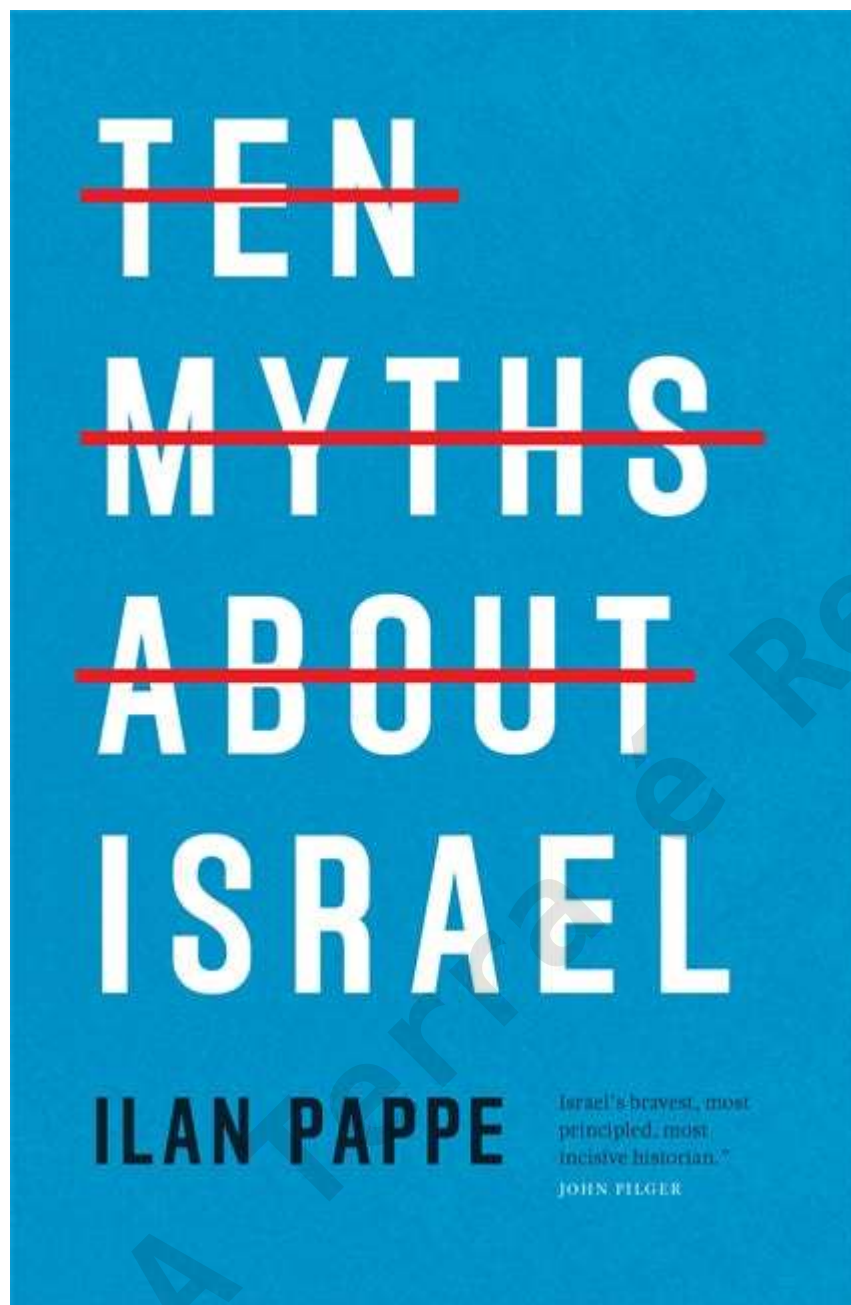
Segundo os pesquisadores, os arquivos não forneciam qualquer evidência de que os palestinos teriam deixado suas terras voluntariamente naquele ano, quando houve a chamada “primeira guerra árabe-israelense” – para os palestinos, a *Nakba* (catástrofe, em árabe), quando 750 mil nativos foram expulsos e mais de 500 vilarejos foram destruídos pelas forças de ocupação sionistas.

A tese da “fuga voluntária” já havia sido refutada por historiadores palestinos, como Whalid Khalidi, que escreveu ainda no fim dos anos 1950 o trabalho *Por que os palestinos foram embora?*. Mas com o peso dos arquivos de Estado, e vindo de dentro da sociedade israelense, as teses ganharam outro peso, não submetidas também ao racismo e apagamento que recaem sobre produções palestinas.

Benny Morris e Avi Shlaim são outros dois dos nomes mais conhecidos da nova historiografia israelense, embora o primeiro afirmasse que a expulsão dos palestinos não havia sido premeditada, e sim consequência da guerra com os árabes. Morris, que foi “precursor” do movimento, se tornou posteriormente um grande aliado do establishment sionista, ao afirmar, por exemplo, que “Israel não está cometendo genocídio em Gaza” – em março de 2025. A frase em aspas é, *ipsis literis*, a primeira de [seu artigo publicado na Folha de São Paulo](#).

Já Ilan Pappé foi por caminho bastante diferente. Seus achados de pesquisa fizeram com que fosse [duramente perseguido](#) em seu país de nascença. O Ministro da Educação de Israel, em 2005, chegou a pedir sua demissão da Universidade de Haifa no Knesset, o parlamento israelense, e ele então se transferiu para a Inglaterra, onde leciona e vive até hoje.

Em seu livro *Dez Mitos sobre Israel* (2017), como o nome já indica, o autor se dedica à expor e contrapor dez dos pilares que sustentam a narrativa oficial sionista sobre sua própria história, seu passado, seu presente e seu futuro. Nele podem ser encontradas de forma condensada e simples algumas das evidências utilizadas em sua pesquisa sobre a experiência da *Nakba* e as discussões feitas pelo movimento sionista ao longo dos anos 1930 e 1940.

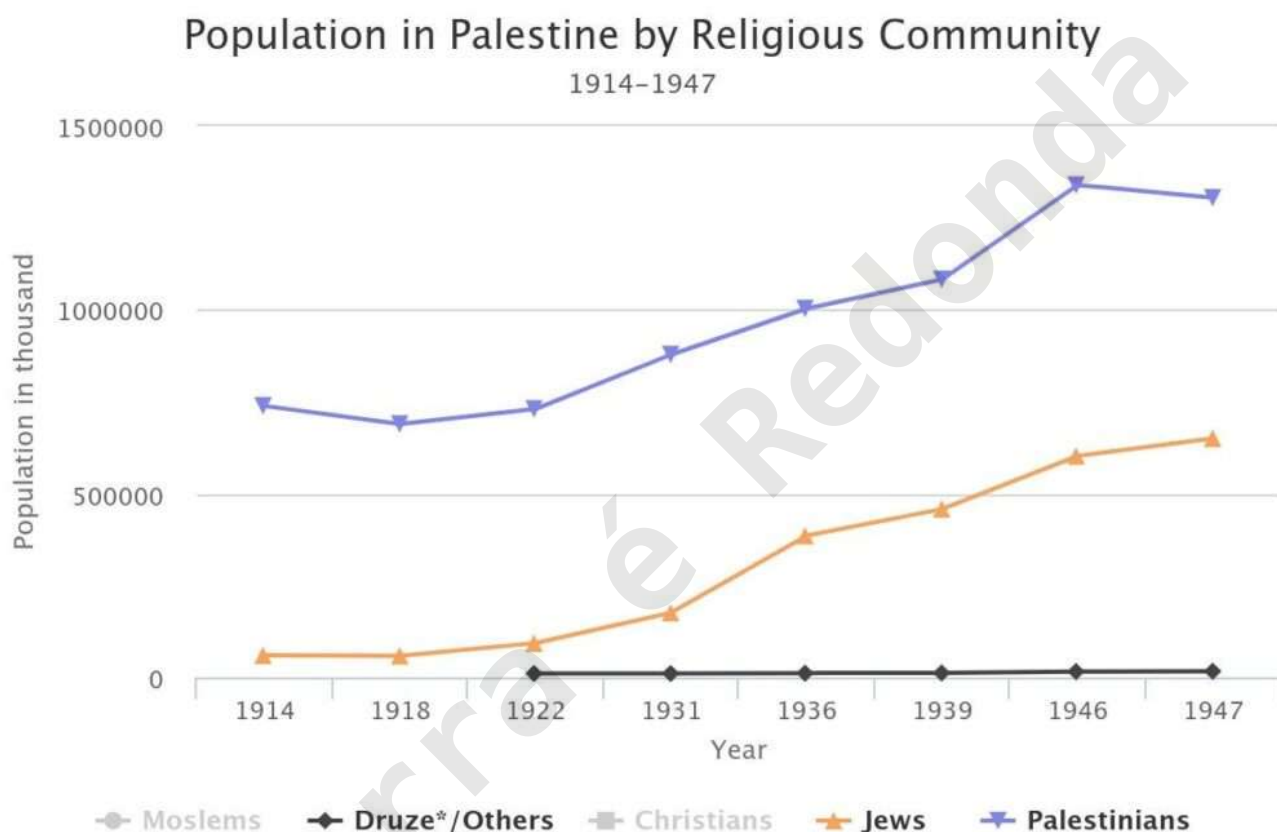


Capa do livro de Pappé em inglês. A versão em português foi publicada pela editora Tabla.

Como mostra Ilan Pappé, ao chegar naquele momento da história, os judeus constituíam cerca de um terço da população palestina, depois de um intenso movimento de migração desde fins do século XIX. A migração sionista foi inicialmente minoritária, ganhando grande impulso após a intensificação das perseguições antisemitas na Europa Oriental (os *pogroms*) e, notavelmente, após a ascensão nazista. As chamadas *alyiahs* sionistas teriam levado aproximadamente 450 mil judeus para o território palestino desde o início da colonização, no último quartel do XIX, até o início da Segunda Guerra Mundial, enquanto cerca de três milhões, ou seja, cerca de seis vezes mais, haviam escolhido as Américas como destino.

Ao chegar em 1947, a população judaica na palestina chegava a cerca de 630 mil, devido à aceleração da imigração

durante a guerra e o ganho de legitimidade do sionismo depois do assassinato de mais de 6 milhões de judeus no Holocausto. Mas mesmo assim, isso representava apenas 30% da população, e as terras de propriedade do Fundo Nacional Judaico – iniciativa financiada por grandes proprietários judeus para compra de terras na Palestina – somava apenas 7% do território. Os palestinos ainda constituíam quase 70% da população no território, o que impossibilitava a fundação de um Estado étnico judaico – o objetivo do sionismo.



Source: McCarthy, Justin. The Population of Palestine: Population Statistics of the Late Ottoman Period and the Mandate (1990)

Evolução da proporção entre palestinos e judeus no território palestino durante o século XX. Nota-se como a partir dos anos 30, a migração judaica tem uma grande aceleração. Para ver mais detalhes do mapa, com as proporções de muçulmanos e cristãos na população palestinas, [clique aqui](#).

A pergunta, então, não era exatamente “O que fazer?”, mas, mais precisamente: “O que fazer com os árabes?”

Preparados como eram, os sionistas já debatiam sobre o assunto há um certo tempo. Na ala de extrema-direita, no chamado “sionismo revisionista”, lideranças como Ze’ev Jabotinsky já tinham como claro ainda nos anos 1920 que qualquer tipo de acordo com os palestinos seria impossível. Em seu texto bastante conhecido, [A Muralha de Ferro: Nós e os Árabes](#) (1923), ele insistia que o sionismo, enquanto movimento de colonização, jamais encontraria um acordo voluntário com os árabes.

Fascista, porém realista, Ze’ev Jabotinsky sabia que a posição sionista de construção de um Estado de maioria judaica era incompatível com um acordo com os palestinos, uma vez que seus interesses eram opostos. Restaria ao sionismo admitir sua independência frente aos nativos e construir seu domínio pela força – por isso a imagem da muralha de ferro – convicção que o levou a chefiar a milícia terrorista sionista *Irgun*, responsável por diversos atentados contra a população

a terra é redonda

palestina ainda no período do Mandato Britânico.

Ze'ev Jabotinsky disse: “[...] é definitivamente impossível de obter o consentimento voluntário dos árabes palestinos para converter a “Palestina” de um país árabe em um país com uma maioria judaica” ^[ii]

E, mais adiante: “A colonização sionista deve cessar ou prosseguir sem considerar a população nativa. O que significa que ela só pode prosseguir e se desenvolver sob a proteção de um poder independente da população nativa – atrás de um muro de ferro que a população nativa não possa romper” ^[iii]



Ze'ev Jabotinsky com o uniforme da Legião Judaica do Exército Britânico durante a 1ª Guerra Mundial. Fonte: [Knesset, Parlamento de Israel](#).

A despeito da influência do pensamento de Ze'ev Jabotinsky nas fileiras do sionismo, notadamente nas milícias armadas judaicas e seus ataques contra os vilarejos palestinos, não foi essa a corrente que conquistou a hegemonia do movimento, mas sim o setor trabalhista – o chamado “sionismo de esquerda”.

Dentre os seus principais representantes, estão Berl Katznelson, nascido na Lituânia, e emigrado para a Palestina em 1909. Foi um dos fundadores da Histadrut, a maior Central Sindical judaica, fundamental para a colonização da palestina e

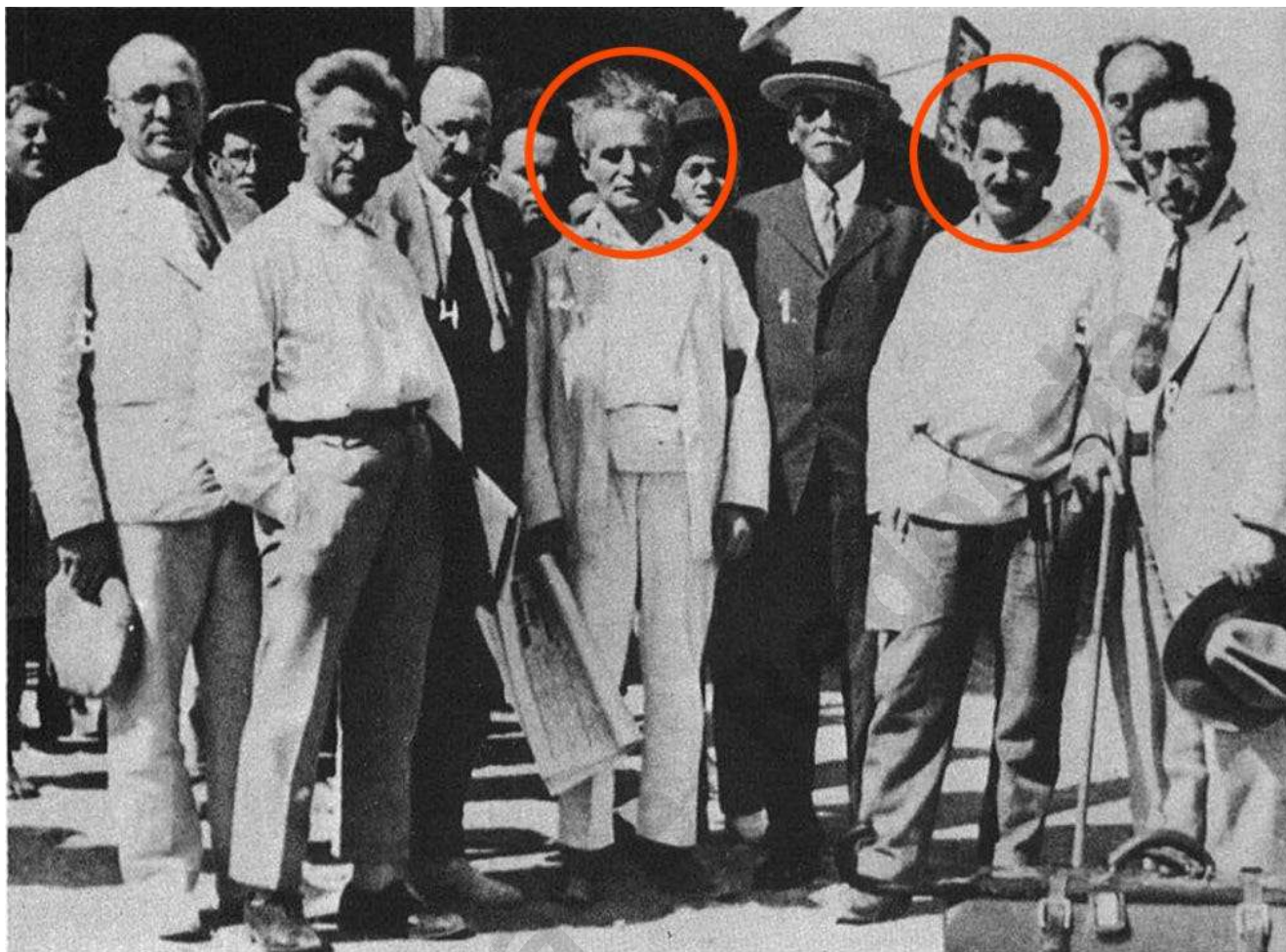
a maior central do país até hoje.

Quatorze anos após o texto de Ze'ev Jabotinsky, durante emblemática conferência sionista que tratou da questão árabe, o então editor do jornal *Davar* e expoente do partido trabalhista *Mapai* afirmou: “Minha consciência está completamente limpa. Melhor um vizinho distante do que um inimigo próximo. Eles não sairão perdendo com a transferência, e certamente nós também não. No balanço final, essa reforma política beneficia os dois lados. Já faz muito tempo que estou convencido de que essa é a melhor solução [...] e isso deve acontecer em breve”.^[iv]

Na visão de Berl Katznelson, o governo britânico que então controlava a Palestina deveria convencer os palestinos à tal “transferência voluntária” – que era voluntária apenas nos seus desejos. A transferência deveria ser, claro, para fora da Palestina: “Acredito que o futuro deles esteja na Síria ou no Iraque”.^[v] (p.106).

Seu companheiro de Mapai e o mais notável líder sionista, David Ben Gurion, que viria depois a proclamar a chamada “Independência” de Israel e liderar o país duas vezes como primeiro-ministro (1948-1953; 1955-1963), também a transferência diante de seus companheiros sionistas, embora não utilizasse o complemento “voluntária”: “A transferência compulsória dos árabes dos vales do Estado judeu proposto poderia nos dar algo que jamais tivemos, nem mesmo quando resistimos sozinhos nos dias do primeiro e do segundo Templos [...]. Temos uma oportunidade com que jamais sonhamos, nem mesmo em nossas fantasias mais desvairadas. Isso é mais que um Estado, um governo e uma soberania, é a consolidação nacional em uma pátria livre”.^[vi]

Ainda no mesmo emblemático ano de 1937, ele reforçou à assembleia sionista: “Em muitas partes do país, não conseguiremos nos instalar sem antes transferirmos os félas árabes”.^[vii]



Delegação sionista na Palestina em 1925. Nos círculos em vermelho, Ben-Gurion, de cabelos brancos, e Berl Katznelson, de cabelos pretos. Ambos viriam a fazer parte, a partir dos anos 30, do *Mapai* - *Partido dos Trabalhadores da Terra de Israel*.
Fonte: Biografia de Berl Katznelson, por Anita Shapiro.

Idealmente favoráveis a uma “transferência voluntária”, os líderes da ala trabalhista passaram a normalizar a transferência à força - a expulsão dos palestinos, bem entendido - embora em suas aparições públicas se colocassem a favor de uma solução negociada. Na conferência de 1938, Berl Katznelson demonstrava-se inclinado à “transferência compulsória”: “Se precisarmos fazer um acordo de transferência com cada vilarejo árabe e cada indivíduo árabe, jamais resolveremos o problema. Transferimos árabes o tempo todo, mas a questão será a transferência de grandes números de árabes com a anuência do Estado árabe”.^[viii]

Cada vez mais cientes de que os palestinos não deixariam suas terras voluntariamente, restou aos trabalhistas fazer a defesa pública dessa proposta até a fundação do Estado de Israel e depois mascarar a expulsão. Quando a guerra veio, os sionistas já haviam estudado detalhadamente os territórios palestinos e tinham como objetivo a limpeza étnica. Para Ben Gurion, a “exclusividade demográfica era uma obsessão”, como diz Ilan Pappé, e por isso era necessário que os palestinos não ocupassem mais a Palestina - pelo menos não a maioria.

Com o plano de partição já adotado pela ONU em 1947 e a guerra civil praticamente em curso, no dia 10 de março de 1948, o famoso Plano Dalet corporificou em diretrizes militares o procedimento da limpeza étnica a ser adotado quanto à população palestina: “Destruição de vilarejos (atear fogo, explodir e plantar minas entre os destroços), sobretudo dos centros populacionais de difícil controle continuado [...]. Estruturação de operações de busca e controle de acordo com as

a terra é redonda

seguintes diretrizes: cercar o vilarejo e conduzir uma busca em seu interior. No caso de resistência, a força armada deve ser destruída e a população precisa ser expulsa para fora dos limites do Estado”.^[ix]

Após a *Nakba* - terrível catástrofe humanitária que produziu centenas de milhares de refugiados palestinos, além de 15 mil palestinos mortos -, que não cabe aqui esmiuçar, [Israel se dedicou a falsificar a narrativa](#) sobre os refugiados árabes, como expõe Ilan Pappé em seu livro, e fugir da responsabilização.



Famílias palestinas expulsas de suas casas em maio de 1948, no vilarejo de Tantura, onde ocorreu um dos maiores massacres da Nakba. [Fonte](#).

Os trabalhistas seguiram no comando de Israel por mais quase 30 anos e foi nesse período que grande parte do empreendimento colonialista foi executado, à começar pela [ocupação ilegal dos territórios palestinos](#) na Guerra dos Seis Dias, em 1967, crime que segue ativo e impune até hoje. A construção dos assentamentos judaicos, que hoje encontra-se em seu auge sob o governo Netanyahu, surgiu e se desenvolveu com o mesmo *Mapai* no poder, embora Ben Gurion e outros líderes afirmassem sua defesa da convivência pacífica.

O documentário [The Settlers: Inside the jewish settlements](#) [Os Colonizadores: por dentro dos assentamentos judaicos], de 2023, conta sobre o desenvolvimento dos assentamentos e a convivência e o estímulo dos governos de Israel.

Sionismo e colonização

A conclusão importante a tomar é que, seja de direita ou “de esquerda”, sionismo é sionismo: um movimento de colonização por povoamento que, visando constituir um Estado de maioria étnica judaica (isto é, dedicado unicamente a um grupo étnico) em um território em que não é nativa, necessita, por natureza, da opressão sistemática do povo palestino.

Nesse movimento, a expulsão e o confinamento em zonas sob intervenção militar permanente são dois métodos que se complementam dentro de uma mesma estratégia, pois, como diz Ilan Pappé^[xi], produzem o fato demográfico essencial para o Estado de Israel^[xii].

Os palestinos de Gaza, Cisjordânia Ocupada e Jerusalém Oriental, territórios que não são contabilizados nos censos oficiais e informais. Como vimos olhando apenas para algumas falas das principais lideranças do movimento, pelo menos desde 1937, a expulsão dos palestinos “faz parte do DNA sionista de Estado judeu moderno”.^[xiii]

É por isso que a tese de um “sionismo de esquerda”, socialmente responsável anda lado a lado com a reivindicação de um sionismo que nunca existiu – que isola o fato abstrato de que “os judeus merecem um Estado como qualquer outro povo do mundo” e ignora o processo que de fato ocorreu ao longo dos últimos cem, e especialmente, dos últimos 80 anos. À essa reivindicação é que chamamos de “sionismo imaginário”, que se filia a correntes humanistas do movimento sionista, de defesa da convivência pacífica, que nunca tiveram qualquer relevância na condução do processo histórico, isto é, no sionismo realmente existente, como [apontou Bruno Huberman](#).

Não raro, os sionistas de esquerda apoiam-se no sionismo imaginário para defender que Israel deve existir, mas de outra forma; que o problema é a extrema-direita israelense que comanda o país há anos e o conduz para um abismo sem saída de guerra permanente.

De fato, esse governo faz tudo isso; mas o problema não começou com ele. Para evitar o constrangimento de se deparar com o papel do trabalhismo na empreitada colonialista e na perpetuação do apartheid, o sionismo de esquerda comumente reproduz os mesmos mitos adotados pelo Ministério das Relações Exteriores de Israel desde seu nascimento, alicerçado na difusão de mentiras e até na falsificação de documentos históricos. Não necessariamente porque pensam as mesmas coisas, mas porque estão sob o mesmo chão comum: o consenso sionista.

Nisso, Jabotinsky tinha razão quando disse, em *Muralha de Ferro*, que os sionistas moderados estavam iludidos. Para ele, o sionismo era o que era: um movimento de colonização, e seus defensores deveriam assim aceitar. A diferença de a colonização ser “de esquerda ou de direita” é muito pequena, quando o que importa é a colonização.

“As populações nativas, civilizadas ou incivilizadas, sempre resistiram teimosamente aos colonizadores, independentemente se eram civilizados ou selvagens. E não fez nenhuma diferença se os colonizadores se comportaram de forma decente ou não”.^[xiv]

A conclusão que ele tomava era que o sionismo não deveria considerar os palestinos. Do lado oposto da trincheira do fascismo, é preciso afirmar categoricamente: se é colonização, não tem nada a ver com a esquerda.

É claro que isso não significa menosprezar o processo histórico concreto: diferenciar e conhecer as particularidades da extrema-direita israelense e seu papel nos destinos políticos do projeto sionista segue fundamental. Não se pode perder de vista a ambição expansionista e o peso do conservadorismo religioso expressos na defesa da chamada [Eretz Israel](#), e as consequências sociais de [uma extrema-direita jovem e militante](#), dentre outros aspectos.

O central, contudo, é o projeto sionista, e não apenas a coalizão de Benjamin Netanyahu.

a terra é redonda

Desta forma, alinhamo-nos aos movimentos palestinos, movimentos populares, organizações de direitos humanos e, também, intelectuais e pesquisadores como Ilan Pappé, na afirmação de que dentro do consenso sionista muito pouco pode ser feito. É por conta dele que a *Nakba* prospera não enquanto fato histórico relevante, mas [enquanto processo contínuo e inacabado](#), como tem afirmado o escritor libanês Elias Khoury. Qualquer solução que não passe pelo reconhecimento da natureza colonial e supremacista do sionismo, dos crimes contra a humanidade que continuamente cometeu e comete, portanto, terá muito pouco a oferecer.



Manifestação pró-palestina em Dacca, capital de Bangladesh no último 15/06, dia da Marcha Global para Gaza. Estima-se que cerca de 100 mil pessoas tenham comparecido ao ato. Foto: Mahmod Hossain/AP Photo (em [Al Jazeera](#)).

Em que pese [o irrecuperável, a destruição e o genocídio em Gaza](#), é preciso reconhecer que o sionismo está exposto como nunca antes em toda sua história. Sua natureza colonial e racista é vista a cada dia, o que tem incentivado muitos, [inclusive judeus de esquerda](#), a romper com a normalização do Estado de Israel e o aprisionamento da identidade judaica que ele também produz. O sofrimento palestino pelas mãos de Israel é hoje mais visível, bem como a permissividade da chamada “comunidade internacional” e o papel do Ocidente e suas luzes sobre a barbárie em curso. [A solidariedade global pressiona os governos](#) para que [tomem medidas práticas](#) contra o genocídio. Para que isso se torne uma vitória concreta, contudo, há ainda um longo caminho a ser percorrido.

***Alex Delouya** é graduado em Ciências Sociais pela USP.

Notas

^[ii] PAPPÉ, Ilan. *Dez Mitos sobre Israel*. 1ª Edição. São Paulo: Tabla, 2022, p.106.

^[ii] JABOTINSKY, Ze'ev. *The Iron Wall*. Jabotinsky Institute, p.2. [Clique aqui para acessar](#).

^[iii] Idem, ibidem, p.5.

^[iv] PAPPÉ, Ilan. *Dez Mitos sobre Israel*. 1ª Edição. São Paulo: Tabla, 2022, p.106.

^[v] Idem, Ibidem.

^[vi] Idem, ibidem, p.103.

^[vii] Idem, ibidem, p.107.

^[viii] Idem, Ibidem, p.109.

^[ix] Idem, ibidem, p.124.

^[x] Idem, ibidem, p.127.

^[xi] É importante assinalar que, embora não tenhamos tocado nos eventos posteriores à fundação do Estado de Israel, eles trazem as suas complexidades e nuances próprias. Contudo, nos parece adequado pensar que todos os grandes eventos relacionados à subjugação do povo palestino permanecem com o horizonte da exclusividade demográfica como um pólo orientador e, nesse sentido, se utilizam do binômio expulsão-confinamento para a perpetuação dos interesses israelenses.

^[xii] Idem, ibidem, p.108.

^[xiii] JABOTINSKY, Ze'ev. *The Iron Wall*. Jabotinsky Institute, p.2. [Clique aqui para acessar](#).
